

# APADEP

EM REVISTA

NÚMERO 43 – DEZEMBRO DE 2017

## DEFENSORIA PÚBLICA É A INSTITUIÇÃO MAIS ADMIRADA DO BRASIL

Págs. 04 e 05

---

**Carreira enfrenta  
excesso de trabalho**

Págs. 06

---

**Presidente amplia  
visitas às Unidades**

Pág. 07

---

**Atuação no Legislativo  
é destaque**

Pág. 08

---

**Seguro de vida coletivo  
aos associados**

Pág. 03



# EDITORIAL

## O JUSTO RECONHECIMENTO AO DEFENSOR PÚBLICO

O trabalho essencial realizado pelo Defensor Público em favor dos carentes é a cada dia mais reconhecido pela sociedade. A importância da carreira, que no nosso Estado foi criada há apenas 11 anos, é destaque em reportagem de capa nesta edição da revista. Ampla pesquisa realizada pelo Conselho Nacional do Ministério Público (CNMP) neste ano mostra que a Defensoria Pública é hoje a instituição mais importante do Brasil na garantia dos direitos fundamentais dos hipossuficientes.

Não é pouca coisa. A Defensoria está à frente, conforme o levantamento que detalhamos em duas páginas, do Ministério Público, da Polícia e das Forças Armadas. E é considerada também a mais relevante na proteção de crianças e jovens. O resultado mostra que estamos no caminho certo e nos dá um estímulo ainda maior no nosso difícil trabalho no dia a dia. Em outra matéria especial, a revista traz depoimentos dos colegas e dos problemas enfrentados devido à falta de estrutura e de profissionais. O acúmulo

de funções talvez seja o mais grave. A sobrecarga de trabalho, sem a devida compensação financeira, resulta em problemas de saúde e risco de evasão de Defensores para outras atividades. E aí reside a grande contradição. A Defensoria ganha importância e reconhecimento da sociedade, as demandas aumentam, mas não existe a contrapartida em condições de trabalho adequadas e justas. A Apadep vai continuar sua briga diária a favor da carreira e por uma remuneração mais adequada aos Defensores paulistas.



Keiny Andrade

LEONARDO SCOFANO  
DAMASCENO PEIXOTO  
Presidente

# EXPEDIENTE

Apadep em Revista é uma publicação da Associação Paulista de Defensores Públicos (Apadep), editada e produzida pela Letras & Fatos Comunicação. Distribuição gratuita

Presidente  
Leonardo Scofano  
Damasceno Peixoto

**Vice-Presidente**  
Franciane de Fátima Marques  
**Diretor Administrativo e de Assuntos Legislativos**  
Marco Christiano  
Chibebe Waller  
**Diretor Financeiro**  
Paulo Sérgio Guardia Filho  
**Diretor Jurídico**  
César Augusto Luiz Leonardo

**Diretora Social e Cultural**  
Maíra Ferreira Tasso  
**Diretora de Relações Institucionais e Comunicação**  
Juliana do Val Ribeiro  
**Diretor de Articulação Social**  
Rodrigo Augusto Tadeu  
Martins Leal da Silva  
**Diretor de Previdência e Convênios**

Clodoaldo Saguini Júnior  
**Diretor de Assuntos do Interior**  
Bruno Bortolucci Baghim  
**Diretor Assistente de Comunicação**  
David José Vicente Martins  
**Jornalista Responsável**  
Mauro Arbex - Mtb: 13.545  
**Textos e Reportagens**  
Eugênio Melloni

FALE CONOSCO  
Dúvidas, sugestões, críticas ou comentários

✉ [imprensa@apadep.org.br](mailto:imprensa@apadep.org.br)

🏠 Praça Padre Manuel da Nóbrega,  
16 - 6º andar. CEP 01015-010

☎ 11.3107.3347

👉 [www.apadep.org.br](http://www.apadep.org.br)

# APOIO À FAMÍLIA

## CENTRO DE REFERÊNCIA E DEFENSORIA ATUAM EM CONJUNTO NA DEFESA DA FAMÍLIA

O Centro de Referência e Apoio à Vítima (Cravi) completou, em julho deste ano, 19 anos de existência, coroando uma parceria exitosa entre a Defensoria Pública de São Paulo e a Secretaria de Justiça e Defesa da Cidadania. O Cravi, como indica o nome, presta assistência a vítimas de violência e a seus familiares, oferecendo desde respaldo psicológico e apoio social até orientação jurídica e assistência judiciária.

“No Cravi, trabalhamos focados na família, buscando reconstruir laços sociais, fazer com que as pessoas voltem a ter confiança na Justiça e principalmente incrementando o exercício da cidadania e garantindo acesso ao Direito”, explicou Marcos Vinícius Manso Lopes Gomes, coordenador do Centro em São Paulo.

A atuação da Defensoria Pública no Cravi é bem diversificada, cobrindo várias frentes, de acordo com Gomes. No Centro, os assistidos recebem, inicialmente, atendimento psicológico e de assistência social. Neste órgão, além da assistência judiciária, os Defensores Públicos acompanham os assistidos em seus processos no Fórum criminal e oferecem orientação jurídica. “Também buscamos ter uma atuação extraprocessual”, explica Gomes. “Buscamos

a solução extrajudicial de conflitos com apoio de psicólogos, de agentes sociais, fazendo, em muitos casos, o que denominamos justiça restaurativa”, diz Gomes.

O coordenador do Cravi em São Paulo acrescenta que o órgão também atua de forma preventiva e estratégica, apresentando palestras para diferentes grupos e participando de cursos de capacitação de profissionais que atendem o público assistido. “Nesses encontros, falamos, por exemplo, de violência doméstica e direito do idoso, entre outros assuntos”, afirma.

“BUSCAMOS A SOLUÇÃO  
EXTRAJUDICIAL DE CONFLITOS  
COM APOIO DE PSICÓLOGOS,  
DE AGENTES SOCIAIS, FAZENDO  
JUSTIÇA RESTAURATIVA”

Ele menciona, também como exemplo, palestra recente que proferiu para um grupo de profissionais da saúde que teve como tema “Bullying, alienação parental e sua relação com o suicídio na infância e juventude”.

O Cravi foi criado em julho de 1998, atendendo à demanda da sociedade pela existência de um centro de atendimen-

to às vítimas da violência no âmbito do Programa Estadual de Direitos Humanos (PEDH). “Há essa semelhança entre a origem do Cravi e da Defensoria, que também foi criada em 2006 em São Paulo atendendo a uma demanda da sociedade”, compara Gomes. A Defensoria Pública passou a atuar no Cravi por meio de convênio firmado com a Secretaria de Justiça em 2008.

Na visão de Gomes, a forma de atuação da Defensoria Pública no Cravi permitiu que a instituição cumprisse a sua missão de apoiar a população hipossuficiente, principalmente as parcelas que se encontram em situação de hipervulnerabilidade econômica e social. Ele destaca que o Cravi expandiu a sua atuação. “O programa foi criado inicialmente para atender familiares de vítimas de crimes contra a vida, tentado ou consumado. Hoje, o recorte é maior, abrangendo também outras formas de violência, como a doméstica e a sexual”, diz o coordenador.

A abrangência geográfica também se expandiu ao longo desses 19 anos. Atualmente, além da capital paulista, onde o programa teve início, o Cravi dispõe de unidades em Araçatuba, Campinas, Santos, São Vicente e Guarulhos.

# SEGURO DE VIDA COLETIVO

## APADEP OFERECE SEM CUSTOS UM NOVO BENEFÍCIO AOS ASSOCIADOS

A Apadep contratou, no final de novembro, a Mapfre para oferecer um seguro de vida coletivo, ampliando a oferta de comodidades e serviços aos Defensores Públicos. O seguro de vida coletivo é totalmente custeado pela Apadep e não implica prejuízo para outros seguros de vida eventualmente já contratados pelos associados, uma vez que essa modalidade pode ser cumulativa. O seguro de vida contratado tem como capital segurado o valor de R\$ 50.000,00 e oferece a seguinte cobertura: morte natural e acidental; invalidez

permanente total ou parcial por acidente; invalidez permanente total ou parcial por doença; e seguro funerário (individual) sem jazigo (até o limite de R\$ 5.000,00). A contratação deste seguro de vida coletivo envolveu um processo de consulta que, de forma transparente e interativa, definiu as características do novo benefício. A Apadep encaminhou aos associados uma enquete sobre quais benefícios poderiam ser incluídos – cobertura por morte acidental, invalidez permanente total ou parcial por acidente e despesas funerárias –, bem co-

mo o montante do capital segurado e os prêmios para cada “combo” de benefícios.

Os associados receberão em suas residências as respectivas apólices do seguro, não sendo necessária a assinatura de contratos. Para aqueles que não atualizaram seus locais de residência, é necessário entrar em contato pelo e-mail [apadep@apadep.org.br](mailto:apadep@apadep.org.br) para informar o endereço atualizado. Em caso de dúvidas, entrar em contato com a Apadep por meio do telefone (11) 3107-3347 ou pelo e-mail [apadep@apadep.org.br](mailto:apadep@apadep.org.br).

# PARA POPULAÇÃO, **DEFENSORIA** É INSTITUIÇÃO MAIS IMPORTANTE DO PAÍS

Pesquisa destaca o papel da entidade na proteção à criança e ao adolescente

Uma ampla pesquisa realizada pelo Conselho Nacional do Ministério Público (CNMP) neste ano trouxe o reconhecimento à atuação da Defensoria Pública, que foi considerada uma das mais importantes do Brasil, embora seja uma das mais jovens. Em vários pontos do levantamento, a Defensoria ficou à frente de instituições tradicionais, como o próprio Ministério Público, a Polícia e a Ordem dos Advogados do Brasil (OAB).

A atuação da Defensoria Pública na Vara da Infância e Juventude foi um dos destaques da pesquisa. Do total de 5.035 pessoas entrevistadas em todo o país, 38% consideram que a Defensoria Pública é a mais relevante na proteção às crianças e adolescentes. O Ministério Público ficou com 23,6% dos votos nesse quesito, enquanto a OAB, 23,4%.

“A pesquisa encomendada pelo CNMP revela o que a sociedade brasileira, sobretudo em sua par-

cela mais humilde, experimenta no dia a dia a excelência do trabalho desenvolvido pela Defensoria Pública”, afirma o secretário de Justiça e da Defesa da Cidadania, Márcio Fernando Elias Rosa. O secretário acrescenta que “a Defensoria é, muitas vezes, a própria garantia de acesso à Justiça, pois alcança os hipossuficientes financeiros, aqueles que não podem arcar com as despesas de advogado para a defesa dos seus interesses”.

Elias Rosa ressalta que é justamente na proteção a crianças e jovens que a Defensoria Pública se notabiliza, sem, obviamente, descuidar das questões relativas aos demais cidadãos brasileiros. “A assistência plena à criança e ao jovem parece ser mesmo uma vocação dessa instituição também jovem, mas madura e preparada para o desempenho de uma função essencial à sociedade e destinada a possibilitar o exercício pleno da cidadania pelos cidadãos hipossuficientes”, diz o secretário.



Secretário Márcio Elias Rosa: “A Defensoria é, muitas vezes, a garantia de acesso à Justiça”

## “DEFENDEMOS A PERMANÊNCIA NA FAMÍLIA”

Para a Defensora Pública de São Paulo, Juliana do Val Ribeiro, coordenadora do Núcleo Especializado da Infância e Juventude e diretora de Relações Institucionais e Comunicação da Apadep, a pesquisa é o reconhecimento da forma como atuam os 126 Defensores Públicos da Vara da Infância e da Juventude.

“Na área cível, o foco dos Defensores é buscar fortalecer a família, de forma que ela possa ficar com a criança ou com o adolescente”, explica Juliana. Ela lem-

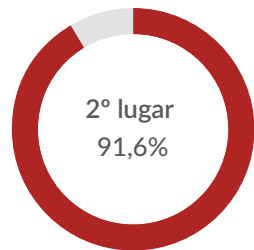
bra que o próprio Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA) dispõe como um dos princípios a convivência familiar e comunitária. “Acredito que, por isso, as pessoas veem a Defensoria como a mais relevante na proteção das crianças e dos adolescentes. É porque defendemos que eles permaneçam na família”, diz ela.

Devido a essa visão, a atuação da Defensoria Pública vem sendo alvo de críticas de grupos que apoiam a adoção de crianças. “Quando a criança ou o adolescente entra no acolhimento, que é

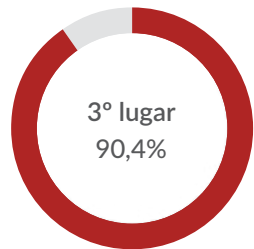
o abrigo, em alguns casos o promotor ajuíza uma ação de destituição do poder familiar”, explica a Defensora. Os Defensores, segundo ela, buscam, nessas ações, evitar que as crianças percam o vínculo com as suas famílias.

“Há estudos que mostram que o simples fato de a criança ir para um abrigo já provoca estragos irreparáveis”, diz ela. Juliana acrescenta que “não se deve destituir somente porque a família é pobre e vulnerável, de forma a deixar as crianças para adoção”. Sobre a adoção, a Defen-

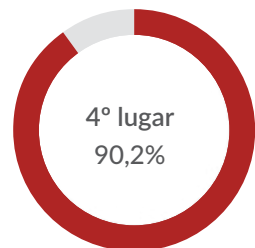




MINISTÉRIO PÚBLICO (MP)



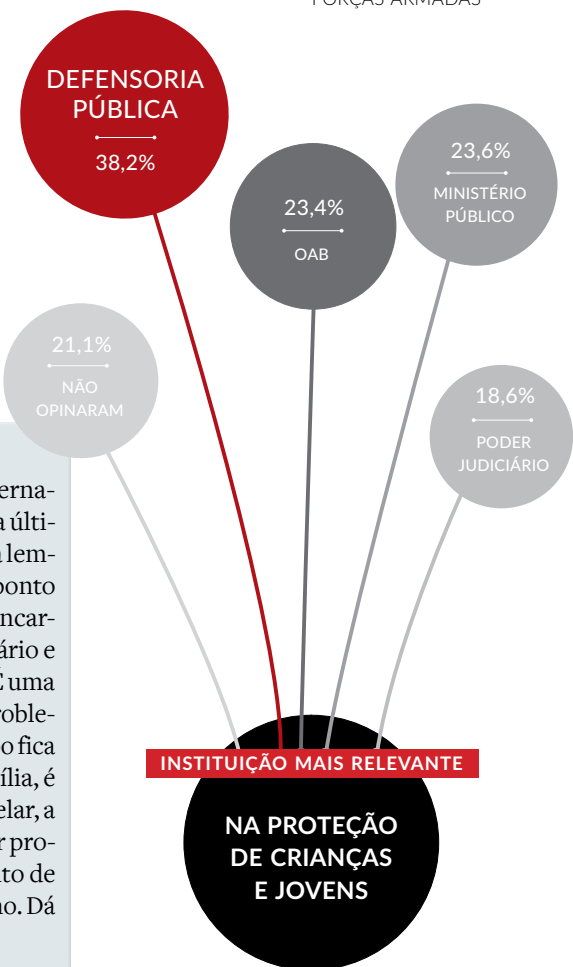
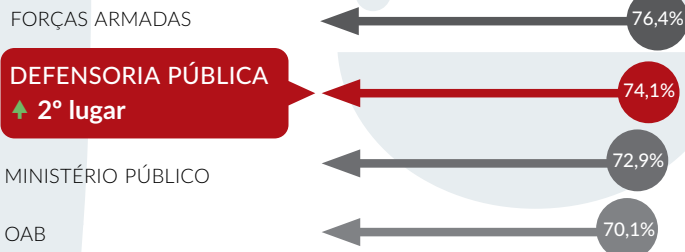
POLÍCIA



FORÇAS ARMADAS



### CONFIANÇA NAS INSTITUIÇÕES\*



sora lembra que são muitos os casos de crianças que são devolvidas pela família adotiva. A coordenadora destaca que o critério para que a Defensoria pleiteie a permanência da criança com a família é atender à vontade de todos: tanto as crianças devem querer continuar com a família, como a família pretender ficar com a criança.

Na área infracional, a atuação da Defensoria Pública também está sintonizada com os preceitos do ECA e também com a Constituição brasileira. “Em relação ao ato infracional, a nossa prioridade é buscar que sejam definidas medidas

em meio aberto. A medida de internação, com privação da liberdade, é a última das opções, é exceção”. Juliana lembra que essa postura é um contraponto em relação à visão “punitivista e encarceradora” que a maioria do Judiciário e do Ministério Público mantém. “É uma forma mais cômoda de encarar o problema. Coloca preso, que por um tempo fica lá escondido. Para trabalhar a família, é preciso fortalecer o Conselho Tutelar, a Assistência Social, é necessário ter programas de habitação, de tratamento de drogas, de tratamento de alcoolismo. Dá muito mais trabalho”.





Maria Alice Macedo e Patrícia Simeonato: novas demandas e acúmulo crescente de funções

## CARREIRA ENFRENTA EXCESSO DE TRABALHO E FALTA DE ESTRUTURA

Em caso de afastamento de colegas, Defensores acumulam trabalho, não contam com auxiliares e não recebem pelas atividades extras em razão do subteto constitucional

Uma equação não fecha na Defensoria Pública em São Paulo. De um lado, o quadro de Defensores permanece congelado, devido a restrições orçamentárias, com aprovados em concurso ingressando na carreira somente quando colegas se aposentam. De outro, há um acúmulo crescente de trabalho, à medida que a instituição incorpora novas demandas da sociedade e a procura da população pelos serviços da instituição se amplia, em boa parte motivada pela crise econômica.

O resultado desse desequilíbrio são Defensores Públicos cada vez mais assoberrados, com rotinas de trabalho que enveredam noites adentro, pelos fins de semana e feriados, sem uma correspondente remuneração pela carga de trabalho ampliada ou uma estrutura eficiente de suporte. O comprometimento da vida pessoal e os riscos que a sobrecarga impõe à saúde causam grande preocupação. “O

excesso de trabalho marca o dia a dia da profissão”, afirma a Defensora Pública Patrícia Simeonato. “O Defensor Público recebe grande cobrança da sociedade civil e não consegue responder da maneira que idealizou quando ingressou na carreira”.

Entre os problemas enfrentados, está o acúmulo de bancas, que, embora seja tratado na carreira informalmente como “substituição”, envolve, na verdade, o acréscimo de funções de um colega às já exercidas normalmente pelo Defensor. “Hoje, eu, que sou a 2ª Defensora, estou acumulando a 4ª Defensoria”, explica a Defensora Pública Maria Alice Packness Oliveira de Macedo. “Então, hoje, eu sou dois Defensores: tenho de fazer a audiência, atendimento, petições e processos pelos dois, o meu e o do colega licenciado”.

No ano passado, a sobrecarga proporcionada pelo acúmulo de funções de uma

colega que estava prestes a se aposentar proporcionou a Maria Alice uma inflamação no cotovelo. Em unidades menores, como a de São Carlos, que conta com oito Defensores, o problema se torna um fardo mais pesado do que em grandes unidades, onde se diluem melhor as duplas funções.

Na visão de Maria Alice, os problemas enfrentados hoje poderão resultar, por exemplo, em aumento da evasão de profissionais que atuam na carreira ou estão à espera de vagas. “Hoje a Administração trabalha muito com a voluntariedade. Vamos chegar a um momento em que ninguém vai querer aceitar novas atribuições”, diz ela. “Não se está pensando no longo prazo”.

Maria Alice e Patrícia lembram que, diferentemente do que ocorre com o Ministério Público e a Magistratura, os Defensores não contam com uma estrutura de substitutos e auxiliares, o que poderia reduzir a sobrecarga. Maria Alice destaca que a divisão das unidades da Defensoria em macrorregiões também prejudica as substituições. Na macro a que pertence São Carlos, por exemplo, um Defensor teria de se deslocar quase 400 quilômetros para substituir um colega em Barretos.

Outra questão é a falta de remuneração para essas atividades. “Isso é um serviço extraordinário. Ao acumular, temos de trabalhar horas a mais. E não há remuneração para isso, o que desestimula”, disse Maria Alice. “A acumulação deveria ser paga fora do teto. Todas as outras carreiras jurídicas pagam acumulações como verbas indenizatórias”, diz ela. Patrícia também afirma que, diferentemente do que ocorre na iniciativa privada, a remuneração não está atrelada à quantidade de processos.

Para os Defensores que atingem os níveis 4 e 5, como é o caso de Maria Alice e de Patrícia, há limitações para o pagamento mesmo por atividades remuneradas. “A Defensoria Pública é submetida a um redutor constitucional, que impõe como subteto para a carreira os valores dos vencimentos de um desembargador do Estado. Ocorre que nem o desembargador recebe pelo subteto. Ele recebe pelo teto, que é o salário dos ministros do STF”, afirma Maria Alice. “Os Defensores sofrem um corte considerando os proventos de um desembargador, sem levar em conta as verbas que ele incorpora a esse teto”, acrescenta ela.

# PRESIDENTE INTENSIFICA VISITAS ÀS UNIDADES DA DEFENSORIA

Em 18 meses, Leonardo Scofano realizou 18 visitas em Unidades



**A** Apadep está encerrando 2017 com resultado inédito em um dos seus mais importantes programas de apoio aos associados. O “Apadep em Campo”, que tem como objetivo identificar a situação de cada unidade da Defensoria Pública no Estado e levantar as questões que atravancam o seu funcionamento, foi intensificado na atual gestão, o que permitirá melhorar as condições de trabalho no futuro.

Em 18 meses, foram realizadas 18 visitas às unidades, ou seja, uma a cada período de 30 dias, frequência inédita na história da Apadep. “O objetivo do programa é manter a entidade próxima aos associados, verificando as suas condições de trabalho e pressionando por melhorias”, diz o presidente da Associação, Leonardo Scofano.

Em todas as visitas, Scofano pôde verificar condições de trabalho inadequadas, falta de profissionais e de equipamentos e aumento da demanda por parte da população. Todas essas questões foram levadas à Administração, que ficará mais atenta aos problemas dos Defensores.

A frequência das visitas ocorreu especialmente a partir de junho deste ano. Em 26 de junho, Scofano esteve na Unidade de Santo Amaro, onde constatou, em reunião com os colegas, entre outras questões, os problemas provocados pelo espaço físico exíguo, que limita a atividade de Defensores Públicos, servidores e estagiários.

A unidade está situada em região de gran-

de população, o que se reflete na demanda pelos serviços da Defensoria. Os profissionais mencionaram a necessidade de atenção da Assessoria de Qualidade para o atendimento da unidade, assim como a urgência de aquisição de computadores para o próprio atendimento e para dar conta da demanda crescente proporcionada pelos processos eletrônicos.

Em 1º de julho, Scofano prestigiu a inauguração da nova sede da Unidade de Rio Claro. Na ocasião, reuniu-se com os associados para tratar de demandas locais de trabalho e propostas de deliberações da Instituição. Alguns problemas se repetiram nas demais unidades. Em 24 de julho, na Unidade de Praia Grande, Scofano ouviu dos Defensores queixas relacionadas com a sobrecarga das Varas Criminais, além de tratar também das propostas de deliberações da Instituição. No dia seguinte (25.07), Scofano esteve na Unidade de Diadema, com demandas semelhantes.

A sobrecarga de trabalho foi o principal problema verificado na Unidade de Osasco, em visita no dia 31 de julho. Os Defensores relataram as dificuldades em função de dois afastamentos por licença-maternidade e um por licença-saúde. E cobraram critérios mais claros no direcionamento dos itinerantes. A proposta de deliberação das gratificações foi o principal tema tratado em Itaquera e São Miguel Paulista, em visitas no dia 1º de agosto.

Quinze dias depois, no dia 16, o presidente da Apadep esteve na Unidade de São Bernardo. Além de receber sugestões e impressões dos colegas sobre temas de interesse da carreira, Scofano constatou que a estrutura da unidade se mostra insuficiente e inadequada para atender a toda a demanda recebida, tornando-se necessária uma mudança da sede para um local que proporcione um espaço melhor para o trabalho e o atendimento à população.

O excesso de trabalho dos colegas foi verificado claramente em Piracicaba em 30 de outubro. Na Comarca, atuam apenas nove Defensores (três em Varas Criminais, três em Varas de Família, um em demandas sensíveis, um na Infância e um na Vara de Execuções Criminais - VEC), para um número bem superior de juízes.

Todos os Defensores realizam as triagens e plantões, além de audiências de custódia com pauta dupla nos fins de semana. Os colegas também realizam visitas (três criminais, um na Infância e um na VEC). Há perspectiva de recesso judiciário com três juízes e apenas um Defensor. “Os colegas realizam todas as atividades, não havendo possibilidade de audiências de custódia durante a semana pelo período da manhã. Os colegas ficariam impossibilitados de peticionar e baixar os processos (com a manhã inteira realizando as audiências de custódia e a tarde inteira as audiências de instrução), restando somente o período noturno, fora do expediente.”



Diretoria  
defendeu  
a carreira  
em vários  
encontros

# APADEP NO LEGISLATIVO

## REFORMA DA PREVIDÊNCIA E PERDAS INFLACIONÁRIAS MOBILIZAM ASSOCIAÇÃO

A diretoria da Apadep se mobilizou em várias frentes no segundo semestre em defesa dos direitos dos Defensores Públicos paulistas. Além de buscar garantir, junto com outras associações de servidores, os direitos da categoria nas mudanças previstas na Previdência, vem atuando incisivamente para a aprovação do reajuste salarial em função das perdas inflacionárias.

O novo texto da reforma da Previdência, negociado pelo governo com os deputados federais, como mais uma tentativa de votar o projeto, não agradou aos servidores públicos em geral e prejudica diretamente os Defensores Públicos. Após permanecer engavetado por alguns meses, em função das denúncias da Procuradoria Geral da República (PGR) contra o presidente Michel Temer, a equipe econômica alterou a PEC 287/2016, com várias mudanças em relação ao projeto original. Mesmo assim, a proposta não incorporou os pleitos defendidos pelos servidores públicos.

O novo texto propõe o fim à regra de transição para os servidores que ingressaram no serviço público antes de 2003, em desacordo com a pauta de reivindicações apresentada pela Apadep e as demais entidades. Isso significa que, para que esses servidores tenham assegurado o direito à paridade e integralidade, necessitarão ter as novas idades mínimas para a aposentadoria, ou seja, de 62 anos para as mulheres e 65 anos aos homens.

A mudança, na avaliação da Apadep, representa uma afronta à justa expectativa de direito por parte dos servidores. Para aqueles que ingressaram no serviço público após 2003, a regra para a aposentadoria será o recebimento da média durante o tempo de contribuição, que deverá ser, no mínimo, de 25 anos.

Como não foram atendidas as expectativas da carreira, a Apadep voltará a realizar rigoroso acompanhamento do trâmite da reforma da Previdência no Congresso Nacional. Será retomado o corpo a corpo com os parlamentares com o objetivo de sensibilizá-los de que as mudanças propostas pelo gover-

no são desnecessárias e trarão diversos prejuízos aos servidores públicos, em especial aos Defensores Públicos. A Apadep, assim como as demais entidades que integram o Fórum Nacional Permanente de Carreiras Típicas de Estado (Fonacate), iniciaram, em novembro, uma campanha de divulgação com o objetivo de colocar em xeque os argumentos alinhados pelo governo para justificar a reforma da Previdência.

Outro tema que recebeu especial atenção da Apadep foi o projeto de lei (PL) 6726/2016, que regulamenta o extrateto na Câmara dos Deputados. Nos dias 12 e 13 de setembro, o diretor legislativo da Apadep, Marco Chibebe, e o diretor financeiro, Paulo Guardia, acompanharam a instalação da Comissão Especial sobre o projeto de lei.

Ao lado da Anadep e de outras associações estaduais, os representantes da Apadep realizaram encontros com os membros da Comissão reforçando a necessidade de alterações no projeto já aprovado pelo Senado. Entre as mudanças pleiteadas, está a proposta de que o teto aplicado aos Defensores Públicos seja o subsídio dos ministros do STF, em razão do caráter nacional da Defensoria Pública e da simetria com os magistrados estaduais. Outra mudança sugerida é a necessidade de exclusão do teto dos pagamentos de plantões, substituições e vendas de licença-prêmio.

Na Assembleia Legislativa do Estado de São Paulo (Alesp), a Apadep passou o último trimestre do ano realizando reuniões com lideranças na Casa com o objetivo de obter a aprovação do PLC 27/2017, que trata do reajuste inflacionário para os Defensores Públicos. Em novembro, o projeto avançou mais rapidamente. No início do mês, o PLC foi aprovado pela Comissão de Constituição e Justiça (CCJ) da Alesp. No final de novembro, foi aprovado pela Comissão de Finanças, Orçamento e Planejamento (CFOP) da Casa. A Apadep passou, então, a se movimentar na Alesp com o objetivo de obter a aprovação do projeto ainda em 2017.